

Resolução Política

14^o Encontro Nacional do Ensino Secundário

11 de Novembro de 2017



Encontro Nacional
do Ensino Secundário

11 Novembro
Lisboa



Juventude Comunista Portuguesa

1 – Luta pela Escola de Abril a que temos direito

1.1 – A Escola de Abril a que temos direito

1.2 – Balanço dos últimos 2 anos de política educativa

1.3 – Profissionalização da Educação

1.4 – Luta

1.5 – Movimento Associativo Estudantil e o seu papel

1.6 – Atropelos à democracia, direitos, liberdades e garantias / ofensiva ideológica

1.7 – A Escola que queremos

2 – Ser comunista, ser agitador na escola

2.1 – A JCP

2.2 – Coletivos de escola e o papel do comunista na sua escola

2.3 - Unidade, participação e intervenção no Movimento Associativo Estudantil

2.4 – Propaganda

2.5 – Fundos

2.6 – ENES

2.7 – A CNES e o seu Secretariado

1 – Luta Pela escola de Abril a que temos direito

1.1 – A Escola de Abril a que temos direito

A Escola Pública só será efetivamente democrática se for gratuita e de qualidade para todos, e se oferecer a todos as mesmas possibilidades de aprendizagem e de acesso a níveis superiores de Ensino independentemente de fatores socioeconómicos. Financiamento adequado, programas escolares orientados para a formação integral do indivíduo, instalações bem dimensionadas e adequadamente mantidas em boas condições; equipamentos tecnológicos em regular estado de funcionamento; climatização adaptada às necessidades; funcionários em número suficiente para o normal funcionamento da escola e professores em número suficiente para não haver turmas sobrelotadas, atempadamente colocados e com condições de trabalho; serviços (cantinas, bares, papelarias, etc.) de gestão pública orientada para a eficácia e para servir os estudantes; serviços de apoio social escolar responder às necessidades dos estudantes; técnicos de apoio

(psicólogos, assistentes sociais, etc.) em número adequado; uma avaliação justa e contínua; garantia de autonomia na organização própria dos estudantes; e o incentivo a um espírito de colaboração, em contrário ao espírito competitivo que existe actualmente; factores estes que são essenciais para os estudantes perceberem como querem seguir a sua vida e como lidam com os seus problemas ajudando assim a combater o insucesso e o abandono escolar. São estas, em resumo, as exigências e as metas essenciais a atingir por uma Escola pública, gratuita, democrática e de qualidade a que temos direito.

O estatuto do aluno, posto em prática em 2012, é instrumento que visou introduzir medidas punitivas ao invés de reforçar métodos de integração dos estudantes, e a sua aplicação veio representar um ataque de grandes dimensões à democracia dos estudantes nas escolas. Ao abrigo do estatuto do aluno existem impedimentos dos estudantes de realizar concentrações, distribuir propaganda política dentro das escolas, realizar RGAs sem autorização do diretor, bem como abriu-se a uma negativa concentração no diretor do controlo sobre os estudantes em todos os parâmetros. Este não é o caminho que queremos. Exigimos que os estudantes tenham nas suas mãos os seus destinos nas escolas, quer na participação, quer na organização dos mesmos. Durante anos a Educação Pública tem sido vítima da política de direita executada por sucessivos governos PS, PSD e CDS, com particular gravidade durante o período do último Governo PSD/CDS, sempre com o objetivo de neutralizar e destruir a Educação Pública, Gratuita e de Qualidade que a Revolução de Abril perspetivou. Só o último Governo PSD/CDS, mas na linha política dos anteriores Governos do PS, PSD e CDS, foi responsável por cortar mais de 2.000 milhões de euros no ensino básico e secundário entre 2011 e 2015. Esses brutais cortes de investimento nas escolas vieram agravar em grande parte a qualidade da educação, já de si degradada de anteriores governos: maioria das turmas com mais de 30 alunos; carência de professores ou funcionários que pudessem garantir o bom funcionamento dos serviços escolares (estima-se em 3.000 o número de funcionários ainda em falta nas nossas escolas); quase quatro dezenas (37) de escolas que estavam a ser intervencionadas pela empresa Parque Escolar (EPE) ficaram com obras inacabadas, assim como se mantêm muitas escolas onde é preciso obras urgentemente; inúmeras escolas não têm aquecimento ou sistema de ventilação nas salas de aula; muitas não dispõem de pavilhões para Educação Física ou outras condições materiais básicas, como a necessidade de remoção do amianto, que contém propriedades cancerígenas e que em muitas escolas constitui um perigo para a saúde de todos os que a integram. A política de concessão a operadores privados de cantinas, bares e papelarias aumentou custos e degradou a qualidade desses serviços, sempre no rumo da privatização da Educação, e contribuiu para o aumento dos preços praticados nos bares e papelarias o que impossibilitou a muitos estudantes o acesso aos mesmos.

A par deste estrangulamento financeiro, o Governo PSD e CDS foi responsável pela generalização da constituição de mega-agrupamentos de escolas – de primeiro ciclo até ao ensino secundário –, sinónimo de aglomeração e concentração dos meios materiais e humanos das escolas, que já eram claramente insuficientes. O objetivo final é o esvaziamento das funções sociais do Estado e a descentralização de competências para as autarquias locais para assim continuar a linha de desinvestimento do Estado na Educação, dispensando professores e funcionários. A nova fase da vida política nacional permitiu a interrupção da destas políticas, mas é preciso continuar a lutar pelo objetivo de inversão e ruptura com a política de direita.

O Passe Escolar, as folhas de teste e impressos, os custos das taxas de acesso aos exames nacionais (nomeadamente em melhorias e para estudantes externos), assim como os custos dos manuais e outros materiais escolares foram sendo sucessivamente aumentados, privilegiando estes últimos os negócios editoriais que obrigam à repetida substituição de manuais mesmo com alterações mínimas, impossibilitando a sua reutilização, dessa forma prejudicando os estudantes

cujas famílias têm mais dificuldades económicas. Os Exames Nacionais, que constituem uma grande barreira no acesso ao Ensino Superior, são uma forma de desvalorizar a avaliação contínua. São acima de tudo um mecanismo de agravamento de assimetrias socioeconómicas e de total desrespeito pelo trabalho dos estudantes, para além de ignorarem aquele que deveria ser o papel da escola, a contribuição para a formação integral e desenvolvimento do indivíduo. A verdade, é que os alunos vêem o seu trabalho de 2/3 anos condicionado por uma prova de 3 horas, muitos deles com entraves ao acesso dos conteúdos a lecionar nesses anos quer por dificuldades financeiras, quer sociais, quer no acesso a manuais escolares, manuais de preparação e/ou explicações. A vida tem comprovado que os exames, por muito que se diga que são uma forma de equalizar o acesso ao Ensino Superior, não conseguem ser justos e muito menos colocar os alunos no mesmo “patamar” de acesso. A isto acresce a falta de recursos humanos na escola, as melhores condições do ensino privado, as turmas sobrelotadas, o desinvestimento no ensino público, os atrasos nas colocações de pessoal docente, o desaproveitamento da avaliação contínua e a pressão imposta aos professores e alunos pelas metas curriculares apenas contribuem para uma maior desigualdade e injustiça. Neste sentido, a avaliação contínua e justa é a única que, tomando em conta as especificidades de cada um, consegue promover um real desenvolvimento integral e satisfazer, as também únicas, necessidades de cada um. Este tema tem de ser desmontado, demonstrando a ineficácia deste método e a perversão que encerra, uma vez que se estuda não para saber as matérias, mas para ter sucesso no exame.

Os anteriores governos, no âmbito da Estratégia 2020, visaram sobretudo encaminhar metade (ou mais) dos alunos para as vias profissionalizantes, procedendo a uma triagem dos alunos em função da sua origem de classe e condições socioeconómicas. No que respeita ao acesso ao Ensino Superior, e devido à diferença nos currículos das duas diferentes vias, os estudantes da via profissionalizante ficam barrados de aceder aos graus mais elevados de Ensino, porque são obrigados a fazer exames a disciplinas que nunca tiveram no seu currículo. Os estudantes colocados na via profissionalizante são ainda obrigados a frequentar uma formação em contexto de trabalho, que na maioria das vezes visa proporcionar a ocupação de postos de trabalho permanentes e assim suprir necessidades das empresas a custo zero, ao invés de ser um contexto de formação. O ensino dual acentua ainda mais a descaracterização do papel da Educação, enquanto direito universal.

1.2 - Balanço dos últimos 2 anos de política educativa

Nos 4 anos de governo PSD/CDS-PP foram realizados intensos cortes que afetaram o ensino básico e secundário, degradando muito as condições nas escolas e até afetando o normal funcionamento das escolas, como por exemplo na falta de professores e funcionários assim como de bens materiais. Estes cortes não passaram despercebidos aos alunos, que, em resposta, saíram à rua e exigiram uma escola melhor, a escola pública gratuita e de qualidade que respeite e cumpra os direitos dos estudantes, só alcançável com a ruptura com a política de direita. As centenas acções de luta e acções reivindicativas realizadas no combate à política destruidora do governo PSD/CDS, para além dos impactos nas escolas com vitórias alcançadas pelos estudantes, contribuíram para o isolamento social do governo e tiveram nas eleições legislativas de 2015 expressão onde a direita sofreu uma derrota pesada, que permitiu uma nova correlação de forças no parlamento.

Fruto da nova correlação de forças na Assembleia da República, nesta nova fase da vida política nacional, através da luta travada sob intensa ameaça por parte das direcções das escolas, os estudantes lutaram e conquistaram direitos importantes. Direitos estes que foram conquistados através da luta e da intervenção decisiva do PCP no plano institucional, como por exemplo a

gratuidade dos manuais no 1º ciclo que ajuda as famílias a suportar os custos na educação ou a contratação de funcionários que contribui para o normal funcionamento das escolas. Mesmo com estas vitórias, ainda há falta de condições nas escolas. Há muitas escolas a precisar de obras urgentemente, outras apenas a precisar de uma boa manutenção. O preço dos manuais e materiais escolares são incomportáveis para as famílias, sendo necessário lutarmos pela sua gratuidade em todo o ensino obrigatório. O acesso ao Ensino Superior continua a não ser justo nem igual para todos. Os estudantes não são incluídos na vida democrática das escolas, havendo ainda muitos entraves para os estudantes realizarem RGAs ou para serem os estudantes a dirigirem o processo eleitoral para as suas próprias Associações de Estudantes e a dinamizá-lo. Em muitas escolas não há estudantes no conselho geral, organismo de uma escola responsável por decidir as ações a ser tomadas em relação a esta definindo assim o seu futuro. Mesmo quando os estudantes participam no conselho geral a sua representação é insuficiente face o poder dos outros órgãos que o constituem, sendo muitos exteriores à escola, pertencendo a empresas privadas que servem o interesse do grande capital e não o da escola, o dos alunos. É necessária a contratação de mais professores, funcionários, psicólogos e técnicos que respondam às necessidades das escolas; as turmas ainda são demasiado grandes; ainda existem os mega-grupamentos que ajudam na redução do investimento nas escolas; o governo PS tem demonstrado intenções preocupantes em municipalizar o ensino, medida que ira levar a mais desinvestimento; ainda é necessária a gratuidade do passe social para os estudantes com ASE e garantir desconto de 50% para todos os estudantes. Para melhorarmos a escola resta-nos lutar para conseguirmos a escola de Abril uma escola pública, gratuita, democrática e de qualidade para todos os estudantes.

1.3 – Profissionalização da educação

Desde o 25 de Abril até aos dias de hoje, o Sistema Educativo vem sofrendo profundas alterações e hoje cerca de 50% dos estudantes encontram-se já nas vias profissionalizantes, com os sucessivos Governos a concretizarem o seu objetivo de profissionalizar a educação. O anterior governo PSD/CDS avançou com uma estratégia em redor do ensino secundário, tendo como objetivo "empurrar" mais e mais estudantes com menor capacidades socioeconómicas, ou com piores resultados nos anos anteriores ao secundário, para o ensino profissionalizante, que lhes oferece melhores qualificações pós-formação, atraindo logo grande número de estudantes para estes que são cursos desenhados para inserir milhares de jovens no mercado de trabalho e desencorajando-os a prosseguir os estudos a nível superior. No ensino profissional, a escolha é vasta. Escolas públicas, privadas ou público-privada, muitos são os estabelecimentos de ensino criados para oferecer este tipo de formação. Porém, é também onde muitas vezes encontram os maiores entraves para uma educação digna, defendida na Constituição da República Portuguesa. Vários são os problemas sentidos no ensino profissional, tendo como exemplo a falta de voz dos estudantes dentro da escola, a repressão sentida pelos estudantes por parte das direções, impedindo-os muitas vezes de exercer os seus direitos, uma má infraestrutura nas escolas, atraso nos pagamentos de subsídios ou de outros alívios económicos, sobrecarga horária, um regime de faltas injusto e punitivo, a falta de professores ou colocação dos mesmos em caso de baixa, falta de apoios para estudantes colocados em escolas longe da sua residência e a "utilização" dos estudantes durante os estágios como mão-de-obra barata ou gratuita, pois estes são obrigados a fazer o trabalho de qualquer outro técnico especializado sem que o patrão tenha de investir em qualquer tipo de remuneração pelo trabalho realizado. Para além do ensino profissional, o ensino profissionalizante é também uma opção muito procurada pelos estudantes do ensino básico e secundário. Estes cursos, para além das dificuldades similares às do ensino profissional lecionado em escolas profissionais, estando integrados dentro das escolas secundárias, encontram muitos dos problemas sentidos pelos restantes estudantes do ensino

básico e secundário, tais como a sobrecarga horária, falta de professores e funcionários, o reduzido número de vagas ou a falta de condições materiais.

O Ensino Profissional ainda enfrenta a ausência de respostas concretas do governo, a falta de financiamento público, que resulta no domínio quase total por parte das escolas privadas em termos de oferta profissional e no aprofundamento das diferenças entre escolas públicas e escolas privadas, ainda que ambas estejam viradas para servir o mercado de trabalho, onde os únicos que ganham e que beneficiam são as empresas que aproveitam a mão-de-obra barata.

Assim estará posto em causa por um lado o direito à educação de qualidade e, por outro lado, o interesse nacional, existindo uma oferta formativa desligada das necessidades de desenvolvimento técnico, industrial e do aparelho produtivo no nosso País. O Ensino Profissional, nos dias de hoje é um ensino recorrente, que acarreta ainda, em muitos casos, a não garantia de uma profissão, que submete os estudantes a condições desfavoráveis como o regime de faltas, horários sobrecarregados ou qualidade formativa. O sistema do Ensino Profissional resulta numa mão-de-obra facilitada e facilmente explorada, a quem sobram opções de acesso a uma componente prática, mas falta a formação integral do indivíduo. Muitas vezes o ensino profissional é visto pelos alunos com menos condições económicas como a única opção a seguir pois os custos do ensino regular e até as propinas se quiserem ingressar no ensino superior são insuportáveis financeiramente. Os Estágios no Profissional são o maior problema, pois, na sua maioria, são trabalhos não remunerados, sob o pretexto da necessária formação e preparação e garantia de integração no mundo do trabalho, traduzindo-se ainda num encargo para os próprios estudantes, sendo estes quem na maioria dos casos acarreta com os custos deste estágio.

1.4 – Luta

Desde o último Encontro Nacional do Ensino Secundário prosseguiram muitos ataques à Educação em Portugal, na linha de sucessivos governos, PS\PSD\CDS, através de políticas de direita, que têm vindo a elitizar o ensino com consequências graves para a formação dos estudantes. Como resultado destas políticas assistimos à falta de condições nos refeitórios, nas salas de aula, pátios, pavilhões desportivos e muitos mais. Assistimos ao abandono escolar, à falta de meios para estudarmos e à falta de condições. Perante estes ataques à democracia os estudantes perceberam que a única forma de combater os problemas era através da luta e que só a luta poderá travar este caminho de retrocesso. Os estudantes organizaram-se e lutaram durante estes últimos 2 anos e não arredam pé no que aos seus direitos diz respeito. Das centenas de ações de luta e ações reivindicativas pela escola que temos direito, destacam-se os vários dias nacionais de luta, convocados pelos estudantes e as suas AEs através de apelos, que resultaram em milhares de jovens nas portas das suas escolas e nas ruas, nomeadamente os dias:

- 18 de Março de 2015
- 5 de Novembro de 2015
- 16 de Março de 2016
- 10 de Novembro de 2016
- 16 de Março de 2017

Destacamos ainda várias lutas concretas nas escolas que através dos seus problemas concretos, mobilizaram centenas para as lutas gerais:

- A luta da Escola Secundária Sebastião da Gama (Setúbal), pela efetivação do direito dos estudantes em assumir e controlar o processo eleitoral para a Associação de Estudantes, convocando-o em RGA e elegendo uma comissão eleitoral que fizesse o controlo de todo o processo, sem ingerências da direção;

- As várias lutas travadas ao longo dos anos na ES do Monte da Caparica (Almada), na ES Padrão da Légua (Matosinhos), ES Alexandre Herculano (Porto) pela conclusão das obras naquelas escolas;
- Na ES Dr. António Carvalho Figueiredo, em Loures, pela qual se conquistou papel higiênico e sabonete nas casas de banho;
- Na ES Cacilhas-Tejo (Almada) contra a falta de funcionários, e pela contratação de mais professores;
- NA ES de Moura contra os exames nacionais e exigindo água quente nos balneários;
- Na ES Diogo de Gouveia, em Beja, contra a sobrelotação das turmas;
- ou em tantas outras escolas.

A luta é o motor para que tenhamos cada vez mais melhorias nas nossas escolas, para que possamos alcançar cada vez mais direitos que nos foram roubados. Só lutando, conquistaremos o que nos roubaram e exemplos disso temos por todo o país. Todas as obras nas escolas, as a melhoria das refeições servidas na cantina, professores e funcionários contratados não aconteceram porque alguém se lembrou. Aconteceu sim, porque os estudantes se organizaram em torno dos problemas sentidos e lutaram, e com a luta conquistaram pequenos passos, mas de grande importância para a sua vivência escolar. Com a luta a conquistámos, pela luta a defendemos, viva a Escola de Abril!

1.5 – Movimento Associativo Estudantil e o seu papel

O movimento estudantil do ensino básico e secundário assume uma expressão significativa e muito diversificada nas escolas. Do desporto escolar aos jornais, passando pelas rádios e outros grupos informais, listas e associações, os estudantes organizam-se de forma muito rica em torno dos seus interesses e aspirações. A variedade e peso destas formas de organização é em si um contributo decisivo para o desenvolvimento de um espírito de interesse, participação, discussão e aprendizagem de trabalho coletivo que precisa de ser valorizada e promovida, sendo por si só muitas vezes uma forma de resistir às limitações à participação e às opções políticas que visam desmobilizar os estudantes. A maior parte destas formas de participação viram-se diminuídas, a partir das crescentes dificuldades de atuação dos estudantes. As tentativas de silenciamento do Movimento Juvenil, as dificuldades económicas, o ataque à escola pública e a ofensiva ideológica representam os principais entraves à participação dos estudantes. As dificuldades socioeconómicas agravam e criam obstáculos à participação, uma vez que cada vez mais estudantes necessitam de trabalhar para suportar os custos dos estudos e ajudar a fazer face aos encargos familiares. Também a degradação da qualidade e condições do ensino contribui para este fenómeno uma vez que os estudantes se vêem obrigados a ocupar o seu tempo com explicações, que são um acréscimo de despesas económicas e de tempo que, sendo complementares, por vezes, revelam a insuficiência das aulas que, entre outros motivos têm a sua origem no aumento do número de alunos por turma. A diminuição do número de professores e do financiamento, conduz à redução significativa das atividades extracurriculares, agravando assim ainda mais esta situação. A par disto, a cultura do medo, a repressão e a ofensiva ideológica dentro e fora das escolas, visam paralisar a ação dos estudantes. Nas figuras dos diretores e forças policiais, instrumentalizados para intimidar, os estudantes encontram os principais entraves à sua organização - desde a proibição da realização de RGA's e de afixação e distribuição de propaganda política ao impedimento de ações de luta, ingerências aos processos eleitorais sendo que a direção das escolas tenta que o processo eleitoral não seja controlado pelos alunos, são inúmeras as formas nas quais estes se traduzem. Toda esta ação é concertada em volta de um Estatuto do Aluno e dos regulamentos das escolas que, ao invés de servirem e

defenderem os estudantes e as suas liberdades democráticas, funcionam como um código penal profundamente antidemocrático. A tentativa de deturpação do papel reivindicativo das AAEE, relegadas a meras comissões de festas, reflete, simultaneamente, as opções da política de direita e os interesses privados em lucrar com os estudantes. A participação de empresas privadas nas campanhas conduz ao privilegiar da promoção de viagens e bailes de finalistas em detrimento da representação dos estudantes, a qual deveria ser o seu papel essencial, assim como muitas campanhas são na prática festas onde a oferta de brindes é o garante das votações ao invés dos programas das listas. Estes mecanismos de compromisso com o grande capital, e com a política de direita, cujo principal objetivo é boicotar a luta organizada dos estudantes, garantem o afastamento dos estudantes da participação democrática na gestão das escolas. Estas forças têm não só sido coniventes com as ingerências aos processos eleitorais e à tentativa de limitação da autonomia das associações de estudantes, como nunca assumem por princípio que este é um processo que diz apenas respeito aos estudantes, em parte porque é também a sua postura na política e porque não têm o objetivo de promover e aprofundar o respeito pela democracia nas escolas. Ao mesmo tempo que procuram transformar as AAEE em meras comissões de festas, procuram difundir como inevitável o sistema capitalista e as suas injustiças, dinamizando junto dos estudantes a caridade e o assistencialismo como única resposta para resolver as desigualdades sociais. Por outro lado, cada vez mais temos assistido a uma desvirtuação do real papel da Associação de Estudantes, devido à ausência de informação que é promovida. A falta de informação e a burocratização do processo, aliada à pressão por parte das direções de escolas, são alguns dos muitos mecanismos que o sistema tem para continuar a descaracterizar as AAEE e o seu real papel de representação. A actual Lei do Associativismo não responde às necessidades e especificidades das AEs, apenas criando entraves à autonomia e organização dos estudantes, ao que se somam custos e burocracias associados a todo o processo de constituição, legalização e manutenção de uma AE. Assim, num âmbito mais geral, fruto dos mecanismos que o sistema incute de várias formas, muitas AAEE, não compreendem o papel que a associação de estudantes deve ter, e a sua ação acaba por também enveredar neste caminho. De ano para ano, tem-se verificado que a atividade e número de AAEE tem diminuído. Hoje há estudantes de várias escolas do nosso país que não têm uma AE eleita, tornando-se claro que o objetivo do sistema, por várias formas designadamente partidizar para desvirtuar, é também de acabar com os órgãos constituídos e eleitos democraticamente pelos estudantes para defender os seus direitos. Assim, é orientação a participação e intervenção dos estudantes comunistas no Movimento Estudantil, seja nas Associações de Estudantes, em Reuniões Gerais de Alunos, nos Órgãos da Escola, na vida democrática da escola e em todos os espaços de participação juvenil, para salvaguardar as características destes espaços democráticos, mas também para garantir que a defesa dos direitos dos estudantes é uma constante.

1.6 – Atropelos à democracia, direitos, liberdades e garantias / ofensiva ideológica

Para além da educação e da preparação dos jovens para uma vida futura, a escola deve ter também a obrigação de intervir na sua formação, baseada na promoção do espírito crítico e na participação presente e futura no desenvolvimento da sociedade. No entanto, atualmente e devido aos sucessivos governos PS, PSD/CDS o ensino baseia-se não na formação de indivíduos justos e participativos, mas sim na disciplina, na obediência e na resignação a uma vida injusta e inconsciente. Assim, são vários os ataques à democracia e aos direitos e liberdades dos estudantes, grande parte das vezes feitos pelos diretores que representam um grande obstáculo à prática daquele que é um direito nosso, recorrendo muitas vezes à força da polícia e a ameaças de suspensões ou mesmo expulsões para impedir os estudantes de se organizarem em ações de luta, Reuniões Gerais de Alunos, recolhas de assinaturas ou distribuições de documentos. As interferências constantes dos diretores nos processos eleitorais para as Associações de

Estudantes (tais como a marcação do calendário eleitoral ou participação na contagem dos votos como aconteceu no ano letivo passado na ES Doutor António Carvalho Figueiredo (Loures), na ES Luísa de Gusmão (Lisboa), ES Sebastião da Gama (Setúbal) e ES Domingos Jardo (Cacém)) e nos diversos processos relacionados apenas com os estudantes são também uma agressão cada vez maior àquilo que é a democracia nas escolas, retirando o poder de organização e decisão dos estudantes. O Estatuto do Aluno representa também um grande obstáculo, impedindo os estudantes de realizar concentrações, distribuir propaganda política dentro das escolas, realizar RGA's sem a autorização do diretor que tem um maior controlo sobre os estudantes em todos os parâmetros. No Estatuto do Aluno definem-se sanções e punições que são aplicadas aos estudantes. É através deste estatuto que os diretores se assumem no direito de limitar os direitos e liberdades democráticas dos estudantes, intimidando-os para que estes recuem nas ações de luta iniciadas ou em curso. Também, as más condições e o desinvestimento no ensino são ataques a esses mesmos direitos: a sobrecarga horária, o aumento do número de alunos por turma, as más condições materiais, são outras formas de ataque não só aos direitos dos estudantes, mas também à democracia, pois um estudante desprezado e desinteressado é estudante mais facilmente desinformado e manipulado. Para além destes meios, são utilizados outros para impedir que os estudantes se organizem e lutem, nomeadamente a comunicação social ou os manuais escolares que representam uma grande ofensiva àquilo que foi e é essa mesma luta, e tentando convencer, nomeadamente os estudantes, de que a luta não é o caminho, tentando implementar desde cedo um espírito de desistência e conformação e impedir que ponhamos em prática os nossos direitos que conquistámos e que iremos defender.

1.7 – A Escola que queremos

Na nova fase da vida política nacional, com a atual correlação de forças na Assembleia da República, os estudantes devem continuar e intensificar a luta, uma vez que só esta permitirá que caminhemos, por exemplo, para a eliminação total dos exames na escolaridade obrigatória, dando assim uma oportunidade a todos os estudantes de terem uma educação mais justa. Para a sua concretização a JCP, defende e propõe:

Para o Financiamento:

- O reforço do investimento público na educação, assegurando uma rede pública de escolas que assegure as necessidades de toda a população, com condições materiais e humanas adequadas a uma boa aprendizagem dos estudantes.

Mais condições Materiais e Humanas:

- Contratação efetiva de todos os professores, funcionários, psicólogos e técnicos que respondam às necessidades permanentes das escolas;
- A garantia dos meios materiais e humanos adequados à valorização do Desporto Escolar, assegurando a nível nacional a abrangência das modalidades e escalões nos campeonatos masculinos e femininos;
- Os meios materiais, técnicos e humanos necessários à inclusão efetiva de todos os estudantes com necessidades especiais, cumprindo a redução do número de alunos por turma e todas as medidas adequadas;

- Extinção da Parque Escolar EPE, e recuperação para o Estado das suas competências, património e trabalhadores;
- A extinção dos Mega-Agrupamentos;
- A efetiva aplicação da educação sexual em todas as escolas, de uma forma interdisciplinar e transversal, assegurando os meios necessários ao funcionamento pleno dos gabinetes de apoio;
- A reposição do par pedagógico na disciplina de EVT;
- A reposição da área de projeto / educação para a cidadania.

Igualdade nas condições de Acesso e Frequência:

- A gratuidade dos manuais escolares e de todos os outros materiais de apoio;
- A gratuidade do passe social até ao final do Ensino Secundário bem como a imediata reposição do passe escolar 4_18 e que abranja estudantes maiores de 18 anos que estão a concluir o Ensino Secundário;
- Uma Ação Social Escolar (ASE) que assegure a gratuidade, garanta a igualdade de oportunidades no acesso, frequência e sucesso no ensino, nomeadamente com a construção de residências para os estudantes deslocados e de outras infraestruturas, assim como o reforço das bolsas de estudo para estudantes.

Participação e Gestão democrática das Escolas:

- A revogação do diploma de Autonomia e Gestão, e a gestão democrática das escolas (fim da figura do Diretor; defesa de uma direção colegial com participação dos estudantes e de todos os membros da comunidade educativa);
- Uma escola que cumpra a autonomia plena da associação de estudantes, com liberdade de intervenção e decisão dos estudantes, num processo de participação efetivamente democrático;
- A valorização do papel das AAEE, dos delegados de turma e dos representantes dos alunos em todos os órgãos de gestão da escola;
- A obrigatoriedade de parecer vinculativo dos estudantes na aprovação de regulamentos internos das escolas aos estudantes, como estímulo à sua participação na vida escolar;
- A revogação do Estatuto do aluno do ensino não superior e a inclusão dos direitos e deveres de todos os agentes educativos nos regulamentos internos das escolas.;
- Reposição da presença de estudantes no conselho diretivo e conselho pedagógico em todas as escolas.

Um Sistema de Avaliação sem barreiras de acesso aos graus mais elevados de ensino:

- O fim imediato dos exames nacionais;
- Uma avaliação realmente contínua, onde os estudantes sejam avaliados ao longo do ano e dos ciclos de ensino, e não apenas em momentos pontuais como tem vindo a acontecer. Esta pode ser uma forma de combater o abandono e o insucesso escolar sem que existam provas eliminatórias;
- O acesso ao Ensino Superior como um princípio universal e a exigência do fim progressivo do “numerus clausus”, enquanto sistema de restrição quantitativa global. Simultaneamente reivindicamos a criação de um novo sistema de acesso ao Ensino Superior que tenha em conta as necessidades de desenvolvimento do país e as opções dos estudantes, através da avaliação contínua;
- Um regime de apoio à frequência dos estágios curriculares e profissionais para todos os estudantes, designadamente com despesas de alojamento, alimentação e transporte e materiais escolares, como medida determinante de combate ao abandono e insucesso escolar, bem como de reforço da escola pública inclusiva.

Vias Profissionalizantes:

- Extinguindo a avaliação por módulos, permitindo assim que os estudantes não tenham de repor módulos no seu período de férias e reduzindo a carga horária, reforçando desta forma a avaliação contínua;
- Reduzir a carga horária dos estágios atualmente em 7 horas diárias, acabando com a sua extensão e exigir a remuneração dos estágios;
- Acabar com a desigualdade no acesso ao Ensino Superior, visto que os cursos de vias profissionalizantes enfrentam muitas dificuldades comparativamente com os cursos regulares, com a realização de exames nacionais a disciplinas que não tiveram ou que deram a matéria sem ser na sua totalidade.

2 – Ser comunista, ser agitador na escola

2.1 – A JCP

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP), assume-se com a organização revolucionária da juventude portuguesa, por ser a organização de juventude de tradições revolucionárias em estreita ligação com a luta e com as profundas aspirações e reivindicações da juventude portuguesa, focando a sua intervenção para a transformação da sociedade mais justa, mais fraterna, sem a exploração do homem pelo homem, pela construção do socialismo rumo ao comunismo. A atividade da JCP baseia-se nos princípios do centralismo democrático e da democracia interna, caracterizando-se por uma orientação geral e uma direção central únicas. Orientação e direção que provêm de uma profunda discussão coletiva em toda a organização. A JCP traça orientações próprias, mas age de acordo com os princípios e orientações gerais do PCP. A JCP defende uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade, o direito ao emprego com direitos, o acesso à habitação, o acesso à saúde e o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, o acesso à cultura e desporto, entre outros direitos – procurando na sua criação/atividade, o ao associativismo, à paz e solidariedade entre os povos. A ação da JCP assenta no projeto que os comunistas portugueses apresentam à juventude e ao povo português – a concretização de uma democracia avançada, que coloque os valores de abril no futuro de Portugal, rumo ao socialismo e ao comunismo.

2.2 – Coletivos de Escola e o papel do comunista na escola

Os coletivos de escola são o reflexo da organização da JCP em cada estabelecimento de ensino, tendo um papel importante no reforço da organização, apresentando-se como espaço de discussão coletiva, contando com a presença de todos os jovens que, não sendo militantes da JCP, participam na discussão, com o objetivo de analisar a realidade concreta de cada escola, e formas de intervenção, apontando o reforço da luta dos estudantes como o caminho para resolver cada problema sentido. É fundamental reunir os coletivos com regularidade e é seu papel discutir e identificar quais os problemas que em cada escola mais afetam os estudantes e intervir sobre eles, fazendo de cada momento de intervenção um momento de agitação nas escolas em defesa da Escola Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade, contribuindo para a elevação da consciência de cada estudante sobre a realidade onde está inserido e para a intensificação da luta. Na intervenção regular nas escolas, importa continuar a discutir e a concretizar formas criativas e diversificadas de intervenção sobre os problemas concretos, por meio de Boletins de Escola, como elo de ligação entre o coletivo e os restantes estudantes, sendo estes uma importante ferramenta para mostrar aos estudantes o que é a JCP, o que

defende e o que propõe, bem como outras formas criativas de afirmação como são exemplo a pintura de faixas, a pintura de murais, a colagem de cartazes, as iniciativas de convívio, debates ou venda do AGIT. Assim, o coletivo tem que ter o importante papel de constantemente se rejuvenescer, trazendo mais amigos à JCP e assim reforçando o seu trabalho. O recrutamento é uma tarefa importantíssima e que tem que ser constante. O trabalho do coletivo é tão mais reforçado, quanto mais a atividade for regular e as diferentes tarefas distribuídas no coletivo. É papel fundamental de cada jovem comunista ser o agitador na sua escola, na perspectiva de saber identificar cada problema e criar mecanismos para denunciar, intervir e dar resposta aos ataques brutais à Escola Pública e ao nosso direito a estudar. Assim, é também de destacar o contributo individual que tem que dar cada militante no seu dia-a-dia : na consciencialização de outros, na sua militância e compromisso, na sua dedicação à organização. Desde o último ENES, fruto da sobrecarga horária e da cada vez menor disponibilidade dos estudantes em geral, fruto do momento da situação política que estamos a atravessar, muitos camaradas têm que conciliar os estudos com o trabalho, temos verificado algumas dificuldades em reunir os coletivos com a regularidade ou com o tempo necessário, bem como tem sido difícil encontrar um momento em que todos os camaradas possam participar nas reuniões. Fator contributivo para uma maior centralização de tarefas, colocando dificuldades ao envolvimento de camaradas, tanto na discussão como na atividade em geral. Importa assim continuar a procurar momentos em que se consiga reunir com mais regularidade, que possibilitem a participação do maior número de camaradas e amigos, como as horas de almoço ou os intervalos, com o objectivo de haver uma maior descentralização de tarefas, maior facilidade em dar resposta à atividade de cada coletivo, um maior envolvimento dos camaradas na actividade da organização e uma melhor integração dos novos militantes da JCP. Para o envolvimento de camaradas ser cada vez maior, temos que reforçar o trabalho de responsabilização por tarefas específicas.

2.3 – Unidade, participação e intervenção no Movimento Associativo Estudantil

Um dos principais objetivos da intervenção de um comunista nas escolas é o trabalho em unidade com outros estudantes, seja em torno de problemas concretos de cada escola ou na defesa da Escola Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade. Para isso, deve dinamizar, incentivar e participar em processos de luta, assim como na criação de espaços de discussão dos problemas e de possíveis soluções. Aqui, deve participar de forma informada, contribuindo para a real compreensão das causas dos problemas, esclarecendo os colegas e ganhando-os para a luta. Este é um papel de grande responsabilidade, que exige uma presença constante e ativa, dando o exemplo aos outros estudantes. Neste âmbito, destaca-se a realização e participação em RGAs e Assembleias de Turma. Este é um importante espaço de debate entre os alunos, que permite a identificação de problemas coletivos e a discussão de quais as medidas a tomar. É também essencial que os estudantes façam parte de listas para a associação de estudantes. Este órgão deve ter como principal objetivo defender os direitos dos estudantes, sendo o principal interveniente na luta dentro e fora da escola. Para isso, deve conhecer de perto a realidade e os problemas dos estudantes, e ter um papel ativo na vida interna da escola. A afirmação das AAEE como representantes e defensoras dos direitos dos alunos torna-se mais importante face à crescente desvirtuação da sua função e aumento dos entraves colocados à sua atividade.

2.4 – Propaganda

A propaganda é um órgão muito importante de atividade da JCP sendo, portanto, a principal ferramenta de afirmação das suas ideias, propostas e mensagens. É uma forma de denúncia dos ataques com que a juventude se identifica diariamente e de comunicação da situação nacional, para tal agrega uma linguagem (quer escrita quer visual) clara, objetiva e apelativa. A propaganda é a forma mais interativa de contacto com a juventude o que fez com que nos

últimos anos tenha recebido principal atenção entre os coletivos e grupos de propaganda para que seja possível a sua agilização e a criação de materiais. Existem vários meios de propaganda, desde o site da JCP ou das suas redes sociais, ao Agit ou até as distribuições de documentos e boletins de escola. Desde o meio digital ao papel é necessário que haja uma constante atualização dos materiais para a mobilização do país sobre as iniciativas da JCP. O Agit tal como o Avante, conhecido entre os comunistas por ser uma forma de expressão da nossa luta, é um meio muito interativo de dar forma e continuidade da atividade da organização. O jornal engloba toda a organização através dos vários coletivos. Expõe de forma alusiva a realidade dos jovens. A divulgação e venda do Agit é assegurada pela JCP nos vários locais como escolas, locais de trabalho mas também em bancas de venda regulares. E têm-se verificado um interesse entre os jovens, militantes ou não militantes, na sua compra e leitura crucial. E por todas estas razões é necessário afirmar ainda mais o Agit mantendo a sua constante atividade e divulgação.

2.5 – Fundos

A JCP, organização revolucionária da juventude, assume-se como sendo a única organização partidária de juventude que contraria o atual sistema. A única que, pela sua ação e projeto, dá resposta aos problemas dos jovens, dinamizando a luta pelos seus direitos e aspirações. A JCP mantém-se ideologicamente independente e toda a recolha financeira depende da recolha de quotas e da capacidade realizadora dos coletivos, sendo esta tarefa de todos os militantes. Termos uma boa condição financeira é imperativo para que tenhamos uma maior ligação às massas, mais intervenção e mais atividade da JCP em melhores condições. Assim sendo, é fundamental aumentar a recolha de quotas nos coletivos e fazer perceber a todos os militantes a importância política do pagamento das mesmas. Nos últimos tempos, notam-se alguns avanços na sistematização da recolha financeira, na organização e identificação de militantes com quotas em atraso, definindo com eles planos de pagamento. Passos cuja consolidação é necessária e o trabalho é preciso aprofundar. É também a partir da responsabilização de camaradas que se consegue efetivar e regular as recolhas de fundos, tal como a realização de iniciativas dos próprios coletivos, assumindo assim a própria intervenção da JCP de forma dinâmica e assegurando ao mesmo tempo a capacidade financeira da organização. Desde o último ENES, várias foram as campanhas que a JCP realizou para a recolha de fundos, tendo como exemplo maior a Campanha de Fundos da Quinta do Cabo da Marinha, lançada pelo nosso Partido em Setembro de 2014 e que se estendeu até 2016, que contou com o contributo individual de cada camarada, mas também com a abordagem de nomes de amigos da JCP e da Festa do Avante, que conosco contribuíram e possibilitaram o aumento da grande Festa. São muitas as dificuldades com que a JCP se depara na recolha financeira tendo em conta a degradação das condições de vida do povo português, que se reflete fortemente na vida dos jovens. Perante as difíceis condições de vida de camaradas e amigos, entendemos que é essencial encontrarem-se as respostas criativas e desenvolver em cada coletivo e cada organização um trabalho sistemático para colmatar as dificuldades e dar respostas às necessidades da organização, de forma a continuarmos o nosso trabalho de defesa e representação da juventude.

2.6 – ENES

O ENES é o órgão máximo de direção da organização do Ensino Secundário, e normalmente realiza-se de dois em dois anos. Faz parte das funções do Encontro Nacional do Ensino Secundário (ENES) definir as orientações e as linhas de trabalho junto dos estudantes das escolas do ensino básico e secundário, com base nas orientações gerais da JCP. No ENES, é eleita a Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES), tendo como base a proposta da CNES cessante e uma discussão coletiva onde são ouvidas as opiniões dos organismos de direção e dos coletivos onde pertencem os camaradas propostos.

2.8 – A CNES e o seu Secretariado

A CNES, é o organismo que dirige o Ensino Secundário da JCP entre ENES, podendo eleger órgãos executivos. Tem como objetivo dirigir o trabalho da organização do ensino secundário e a sua ligação aos vários coletivos de cada escola. Aqui debatem-se as suas várias formas de intervenção da JCP no ensino secundário e básico, de maneira a que haja um contacto permanente com os estudantes de forma a reforçar a intervenção e a luta dos estudantes, reforçando assim a organização. A CNES dirige o trabalho de modo a formar coletivos, reforçando os existentes, afirmando assim a JCP na escola. É sua competência convocar o ENES (Encontro Nacional do Ensino Secundário).

O secretariado da CNES, eleito pela CNES, é fundamental na articulação do trabalho do ensino secundário, controlando a execução, tomando medidas do conjunto de orientações traçadas pela CNES. Desde o último Encontro, o secretariado da CNES sofreu algumas alterações, devido a muitos aspetos, como a alteração da vida de muitos camaradas.

Apesar das dificuldades da CNES reunir com regularidade, destaca-se o avanço desde a última recomposição, conseguindo-se um maior envolvimento de muitos camaradas no papel da direção, sendo permanente o trabalho da CNES e do secretariado para estarem ligados à vida dos estudantes, conscientes da sua organização e das suas prioridades.